



## Senado aprova mais cinco projetos da pauta prioritária

Ao longo de sete horas de sessão, senadores analisaram série de propostas definida em reunião de líderes convocada por Renan Calheiros

**R**edução, de dois para um, no número de suplentes de senador e proibição de que os substitutos sejam familiares estão entre as decisões. Também foram acatadas a proposta para facilitar a apresentação de projetos de iniciativa popular, a definição penal de organização criminosa e a criação do Sistema Nacional de Combate à Tortura. Os senadores concluíram ainda votação do projeto que altera o sistema de arrecadação de direitos autorais. **2, 6 e 8**



Jonas Pereira/Agência Senado

"O Senado está orgulhosamente pautado pela sociedade", diz o presidente do Senado, Renan Calheiros (C), que reuniu líderes do Congresso para definir votações

**Proposta que regulamenta o trabalho doméstico será votada hoje 3**

**Renan Calheiros participa de solenidade com prefeitos 5**

**CPI vai investigar denúncias de espionagem**

O pedido de criação de CPI no Senado sobre denúncias de espionagem no Brasil feita pelo governo americano foi apresentado por Vanessa Grazziotin e contou com a assinatura de 41 senadores. **6**



Lia de Paula/Agência Senado

Os ministros Patriota (E) e Amorim participam de audiência conduzida pelos senadores Ferraço (2º à dir.) e Perrella (D)



Na galeria do Plenário, funcionários demitidos dos Correios aplaudem aprovação do projeto de lei que prevê anistia

**Vai a sanção anistia a trabalhadores dos Correios**

O Plenário aprovou o projeto que amplia a anistia concedida aos funcionários dos Correios demitidos por participar de greves. A lei hoje trata de greves em 1996 e 1997. Pelo projeto, o período vai até 2006. **4**

**Plenário autoriza empréstimos para Goiás e Rio Grande do Norte 4**

**Vai para a Câmara texto que amplia direitos de doente com hepatite 7**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**  
Lei 12.810/2013



**MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO**

O Congresso aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso contribui para o desenvolvimento de sua região. Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:  
www.senado.leg.br



# Senado facilita projetos de iniciativa popular

Exigência de assinaturas cai de 1% para 0,5% do eleitorado nacional e adesão poderá ser feita pela internet, com certificação digital. Autor e relator ressaltam fortalecimento da democracia participativa

O MÍNIMO DE assinaturas para projetos de lei de iniciativa popular cairá de 1% para 0,5% do eleitorado nacional (de 1,3 milhão para 650 mil assinaturas), segundo projeto aprovado ontem pelo Plenário. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2011, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), segue para a Câmara.

Uma das emendas do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), autoriza que as assinaturas sejam colhidas pela internet, com certificação digital. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou a segurança da coleta de assinaturas eletrônicas. O texto estabelece ainda que PECs também possam ser apresentadas por cidadãos, com mais assinaturas.

Vários senadores mostraram preocupação com parágrafo que previa que os projetos de lei de iniciativa popular iniciariam as tramitações em regime de urgência constitucional, trancando a pauta. Romero Jucá (PMDB-RR) pediu destaque para votação separada dessa parte da medida, e o artigo que previa a urgência automática acabou sendo retirado por Lindbergh. Pelo texto



Autor da PEC, Rollemberg afirma que novidade dialoga com as manifestações

aprovado, não será permitido o pedido para tramitação em urgência.

O Plenário ainda acatou emenda de José Agripino (DEM-RN) prevendo que projeto de iniciativa popular que chegar ao Congresso e receber o apoio de pelo menos um partido tramitará com prioridade mesmo que a pauta esteja trancada por alguma medida provisória.

Rollemberg afirmou que a aprovação da proposta permite uma redução da distância entre representante e representado e estimula que um número maior de brasileiros

possa contribuir na política com sugestões.

— Essa proposta dialoga com as manifestações das ruas. A população em todo o Brasil estava dizendo “nós queremos participar” — comentou o autor da proposta.

Para Lindbergh, trata-se do fortalecimento da democracia representativa, visto que a Constituição prevê que todo poder emana do povo.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse estar seguro da constitucionalidade da proposta.

— A Constituição de 1988 consagrou o mecanismo da participação direta — afirmou.

## Aprovado Sistema Nacional de Combate à Tortura

O Plenário do Senado aprovou, em votação simbólica, na madrugada de hoje, o projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT).

A proposta (PLC 11/2013), que agora vai para a sanção presidencial, havia sido aprovada ontem nas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer favorável dos senadores Ana Rita (PT-ES) e Wellington Dias (PT-PI), como relator ad hoc.

Em Plenário, Wellington lembrou que se trata de projeto de iniciativa do Executivo, aprovado na Câmara com vários melhoramentos e que aborda, ao mesmo tempo, prevenção e combate à

tortura com atuação de forma articulada.

O PLC 11/2013 visa fortalecer a prevenção e o combate à tortura, mediante a integração de órgãos e entidades públicas e privadas, por meio do monitoramento, da supervisão e do controle de estabelecimentos e unidades onde se encontram pessoas privadas da liberdade.

Proteção da dignidade humana, universalidade, objetividade, igualdade, imparcialidade, não seletividade e não discriminação são princípios que deverão nortear a atuação do SNPCT. Como organismos de suporte, estão o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O comitê deverá ser presidido pelo ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e integrado por 23 membros, escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 representantes de órgãos do Executivo federal e 12 de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil.

Ana Rita lembrou que a matéria tramita há dez anos no Congresso Nacional e afirmou que, com o projeto, o Brasil sai na vanguarda perante as organizações internacionais. Humberto Costa (PT-PE) considerou a aprovação da matéria um grande avanço e uma conquista do governo e do Parlamento.

## Renan apoia comissão sobre violência familiar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o relatório final aprovado pela CPI mista que investigou a violência contra a mulher. Ele se comprometeu com a criação de uma comissão permanente, no âmbito do Congresso Nacional, para acompanhar os trabalhos relacionados ao tema.

De acordo com a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES), que fez a entrega do relatório, a comissão proposta no relatório terá a duração de 12 anos. A finalidade é acompanhar os desdobramentos da CPI.

— A comissão vai fazer a articulação, a integração entre os vários órgãos públicos e

também a sociedade civil para garantir a implementação das recomendações que foram propostas pelo relatório.

Segundo Ana Rita, o relatório de 1.045 páginas traz 13 anteprojatos de lei e 73 recomendações para todos os Poderes, nos níveis federal e estadual.

## Rejeitada emenda da Câmara à proposta sobre direitos autorais

O Plenário rejeitou ontem emenda aprovada pela Câmara ao projeto (PLS 129/2012) que regulamenta a arrecadação e distribuição de direitos autorais. A mudança feita pelos deputados ao texto aprovado dia 3 pelo Senado, com a presença de artistas como Roberto Carlos e Caetano Veloso, isentaria de cobrança eventos filantrópicos ou de utilidade pública.

Com a derrubada da alteração feita pela Câmara, o projeto segue para sanção presidencial.

De acordo com o autor da emenda, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), o Ecad

impede eventos de igrejas e outras associações enquanto não pagam o boleto dos direitos autorais. O relator, Humberto Costa (PT-PE), apresentou o parecer contrário, por considerar o dispositivo inconstitucional.

O relator citou o dispositivo da Constituição segundo o qual aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução das obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. Para Humberto, o direito exclusivo que a Constituição dá aos autores não pode ser desconsiderado por lei.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Benefícios fiscais

14h Na ordem do dia, proposta que acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a vinculação da duração dos benefícios fiscais concedidos às áreas de livre comércio e à Amazônia Ocidental à vigência da Zona Franca de Manaus.

### PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

11h Renan Calheiros participa de reunião da Mesa do Senado e, às 15h, preside a ordem do dia.

### CRA Ministro da Pesca

8h30 Audiência sobre a cadeia produtiva do pescado com o ministro da Pesca e Agricultura, Marcelo Crivella.

### CDH Manifestações públicas

9h Audiência pública, com interatividade pelo Portal e-Cidadania, para debater as recentes manifestações públicas na visão da juventude brasileira.

### CCT Terras-raras

9h Audiência pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil para debater ações para os minerais estratégicos no país, com a criação de novo marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de cadeia produtiva para o setor.

### CCJ Indicações para conselhos

10h Indicações de Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho e Fabiano Augusto Martins Silveira para Conselho Nacional do MP e Conselho Nacional de Justiça.

### CRE/CCT Ministro das Comunicações

10h Audiência conjunta discute denúncias sobre espionagem pelo governo dos EUA, que monitorou e-mails e ligações de brasileiros. Entre os convidados, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

### CRE Monitoramento de fronteiras

11h Comissão promove audiência para tratar do projeto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

### CAS Diretoria da ANS

11h Indicação de Elano Rodrigues de Figueiredo para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

### CONGRESSO Vetos presidenciais

13h Análise do projeto de resolução que estabelece critérios para a apreciação dos vetos presidenciais.

### CMCLE Produção cultural

14h30 A comissão mista de regulamentação da legislação federal e de dispositivos constitucionais discute minuta de projeto que regulamenta a regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, **audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, **audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e da Comissão de Ciência e Tecnologia**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça amplia de uma para duas horas o intervalo para repouso ou alimentação durante o trabalho

# Chegam ao Plenário regras sobre domésticos

O PLENÁRIO VOTA hoje o projeto que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos, que ontem foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ganhou regime de urgência. O texto regulamenta a Emenda Constitucional 72, que estendeu ao doméstico benefícios dos demais trabalhadores.

Uma das oito emendas apresentadas pelo relator, Romero Jucá (PMDB-RR), ao PLS 224/2013 — Complementar aumenta de uma para duas horas o intervalo de repouso ou alimentação do trabalhador doméstico. O texto original — vindo da comissão mista encarregada de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição — permitia redução para 30 minutos, mediante acordo.

Outra inovação trazida por Jucá foi determinar ao empregador a responsabilidade de arquivar documentos comprobatórios do cumprimento de obrigações fiscais. O texto anterior restringia essa exigência à documentação trabalhista e previdenciária. As outras três novas emendas tratam de ajustes técnicos no PLS 224/2013.



Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Pedro Taques e Aloysio Nunes durante votação na Comissão de Constituição e Justiça

O relator acolheu também uma emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO), uma de José Agripino (DEM-RN) e outra de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Rejeitou dez emendas de Ana Rita (PT-ES), duas de Aloysio e uma de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

A emenda de Lúcia Vânia acrescentou como mais uma possibilidade de rescisão do contrato por culpa do empregador (justa causa patronal) a prática de qualquer uma das formas de violência doméstica ou familiar contra mulheres

relacionadas na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Por sugestão de Agripino, a inspeção do cumprimento das regras do serviço doméstico só deverá acontecer após agendamento e entendimento prévios entre empregador e fiscal do Trabalho. No caso de suspeita de trabalho escravo, tortura, maus-tratos, trabalho infantil ou violação dos direitos humanos, a fiscalização poderá pedir autorização à Justiça para fazer vistoria compulsória no local de prestação do serviço doméstico.

A alteração recomendada por Aloysio Nunes Ferreira admite prazo inferior a 45 dias para a formalização de contrato de experiência. Se o serviço continuar a ser prestado e não houver prorrogação do prazo fixado inicialmente, ou se a vigência desse contrato ultrapassar 90 dias, o acerto passará a valer por tempo indeterminado.

Entre as emendas elaboradas inicialmente por Jucá, uma delas inseriu mais duas hipóteses (aposentadoria e falecimento do trabalhador) que

permitem ao patrão reaver o montante destinado à indenização pela perda involuntária (sem justa causa ou por culpa do empregador) do empregado doméstico. O projeto já abria essa possibilidade nos casos de dispensa por justa causa, a pedido do trabalhador ou no término do contrato por prazo determinado.

Outra emenda eliminou a garantia de o doméstico receber os salários correspondentes ao aviso prévio se rescindir o contrato de trabalho devido a novo emprego. Jucá justificou a medida com o argumento de evitar que o empregador seja surpreendido com a saída repentina do funcionário, sem ter o tempo necessário para reorganizar a rotina doméstica.

Por fim, o relator fez ajustes em dispositivos que detalham a composição do Simples Doméstico, regime unificado de pagamento de tributos, contribuições e demais encargos do empregador doméstico. Além de tornar mais clara a destinação de 0,8% para financiar o seguro contra acidentes de trabalho, alterou a redação de inciso que destina 8% ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

## Relatório sobre a regulamentação gerou polêmica durante a análise

Houve polêmica na aprovação do relatório de Jucá, que foi aprovado com os votos contrários de senadores do PT Ana Rita, Lindbergh Farias (RJ), Humberto Costa (PE) e Wellington Dias (PI).

Ana Rita se mostrou insatisfeita não só com a rejeição de Jucá a suas emendas, mas também com o fato de a CCJ derrubá-las sem discutir o conteúdo. O relator considerou um retrocesso aprovar emendas que gerariam desemprego e desequilíbrio financeiro para empregadores.

Os desacertos também se evidenciariam em relação ao apoio do movimento sindical. Enquanto Jucá assegurava o respaldo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao parecer, Ana Rita sustentava a insatisfação da entidade com os termos da regulamentação.

As emendas de Ana Rita contemplavam, segundo ela, lacunas apontadas pela Federação Nacional das Trabalhadoras

Domésticas: banco de horas, duração de jornada, intervalos, descanso semanal, trabalho da diarista, regime de sobreaviso no emprego e obrigatoriedade do imposto sindical.

Jucá usou argumento similar ao aplicado às emendas de Ana Rita para rejeitar sugestão de Valadares, que queria adesão do doméstico ao PIS-Pasep, com o recolhimento mensal — pelo empregador — de 1% do salário. O trabalhador poderia sacar o primeiro abono salarial no valor de um salário mínimo cinco anos após o início da contribuição. O custo extra para o empregador não foi a única razão para a rejeição.

— Isso cria um buraco nas contas públicas que o governo não terá condições de pagar. Já reduzimos a contribuição previdenciária de 12% para 8% para o empregador doméstico, algo suportável para o governo. Mas não há condições de equilibrar as contas da Previdência nesta questão — afirmou Jucá.

## Principais deveres e direitos no texto aprovado

O PLS 224/2013 — Complementar regulamenta a Emenda Constitucional 72, que estendeu à categoria benefícios já concedidos aos demais trabalhadores

- **ADMISSÃO** — Proíbe a contratação de menor de 18 anos para trabalho doméstico e fixa em 48 horas o prazo para anotar, na carteira de trabalho, a data de admissão e a remuneração.
- **CONTRATOS** — Prevê três tipos de contrato: de experiência (por no máximo 90 dias), por prazo indeterminado (a maioria dos casos) e por prazo determinado (máximo de dois anos).
- **JORNADA** — A duração do trabalho não deverá exceder 8 horas diárias e 44 horas semanais. Há ainda o regime de tempo parcial, cuja duração não deve exceder 25 horas semanais. O projeto faculta, mediante acordo escrito, estabelecer horário de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso.
- **INTERVALOS** — Os intervalos, o tempo de repouso, as horas não trabalhadas, os feriados e os domingos livres em que os empregados que moram no trabalho nele permaneçam não serão computados como horário de trabalho.
- **COMPENSAÇÃO DE HORAS** — O que exceder a jornada normal pode ir para algo semelhante a um banco de horas. As primeiras 40 horas mensais deverão ser compensadas com a concessão de folga dentro do mês, ou pagas como horas extras até o dia 7 do mês seguinte. As horas excedentes a esse limite de 40 poderão ser compensadas no prazo máximo de um ano.
- **HORA EXTRA** — A remuneração da hora extra será no mínimo 50% superior ao valor da hora normal. O trabalho prestado em domingos e feriados deverá ser pago em dobro.
- **REGISTRO DE FREQUÊNCIA** — É obrigatório o registro do horário de trabalho, por meio manual, mecânico ou eletrônico.
- **TRABALHO NOTURNO** — O projeto considera trabalho noturno o realizado entre as 22h de um dia e as 5h do dia seguinte. A hora de trabalho noturno terá duração de 52 minutos e 30 segundos. A remuneração do trabalho noturno (não confundir com hora extra à noite) terá acréscimo de no mínimo 20% sobre o valor da hora diurna.
- **FÉRIAS** — O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de 30 dias, podendo dividi-las em dois períodos. O empregado em regime de tempo parcial (de 22 a 25 horas semanais) terá férias de 18 dias a cada ano. Como os demais trabalhadores, os domésticos também têm direito ao abono de férias de um terço, acrescido ao salário normal. O projeto considera lícito, para o empregado que reside no local de trabalho, nele permanecer durante as férias.
- **DESCONTOS** — O patrão não poderá descontar do salário do empregado o fornecimento de alimentação, moradia, vestuário e produtos de higiene nem o custo de transporte e

hospedagem (no caso de acompanhamento em viagem). Só é admitida a dedução de despesas com plano de saúde, seguro ou previdência privada, até o limite de 20% do salário, mediante acordo entre as partes.

- **INDENIZAÇÃO NA DEMISSÃO** — O projeto obriga o patrão a pagar contribuição de 3,2% sobre o salário do empregado, a cada mês, para indenizá-lo na demissão sem justa causa. Esse valor vai para uma conta vinculada, cujo saldo poderá ser retirado pelo trabalhador na demissão. Se a rescisão do contrato de trabalho se der por justa causa ou por iniciativa do trabalhador, o valor reverterá ao patrão. Em caso de demissão por culpa recíproca, patrão e empregado dividem o valor da conta vinculada. Essa contribuição substitui a multa de 40% do FGTS, paga pelos empregadores aos demais trabalhadores urbanos e rurais.

- **AVISO PRÉVIO** — O aviso prévio será de 30 dias para o empregado com um ano no serviço. Haverá um acréscimo de três dias por ano de serviço prestado ao mesmo empregador, até o máximo de 60 dias, completando um total de 90 dias.

- **SEGURO-DESEMPREGO** — O empregado doméstico dispensado sem justa causa poderá receber seguro-desemprego no valor de um salário mínimo, pelo período máximo de três meses.

- **SIMPLES DOMÉSTICO** — O projeto institui o Simples Doméstico, que permitirá ao patrão recolher mensalmente, mediante documento único de arrecadação, as seguintes contribuições: a) 8% a 11% da contribuição previdenciária do empregado doméstico (conforme a faixa salarial); b) 8% da contribuição patronal; c) 0,8% para o seguro acidentário; d) 8% da contribuição para o FGTS; e) 3,2% da contribuição que substituirá a multa de 40% do FGTS; f) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O patrão deverá fornecer mensalmente ao empregado cópia desse documento único de arrecadação.

- **ACERTO COM A PREVIDÊNCIA** — O projeto institui o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregadores Domésticos (Redom), para facilitar aos patrões pagar eventuais dívidas com o INSS. É concedida a redução de 100% das multas e dos encargos advocatícios e de 60% dos juros de mora, com parcelamento do saldo em até 120 vezes.

- **PENHORA** — O projeto revoga um dispositivo da Lei 8.009/1990 que permitia a penhora do bem de família para pagamento dos créditos de trabalhadores domésticos e das respectivas contribuições previdenciárias. Com isso, o empregador não mais perderá o imóvel em que residir na eventualidade da execução de dívida trabalhista ou previdenciária.



Ana Rita e Antonio Carlos Valadares tiveram emendas rejeitadas no relatório

# Goiás e Rio Grande do Norte poderão fazer empréstimos

Os dois estados ganharam autorização para operações de crédito externo com financiamentos de US\$ 371,5 milhões, no total, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

O PLENÁRIO APROVOU ontem duas autorizações para operações de crédito externo entre estados e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). As autorizações haviam recebido parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no início da tarde, quando ganharam regime de urgência. O primeiro financiamento, de US\$ 360 milhões, vai beneficiar o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte, o RN Sustentável. O segundo, de US\$ 11,5 milhões, vai financiar parcialmente o Programa de Modernização da Administração Fazendária de Goiás (Profisco).

A autorização de crédito externo para o Rio Grande do Norte teve como relator Jayme Campos (DEM-MT), que deu parecer favorável. Os recursos serão usados em investimentos para melhorias no acesso e na qualidade dos serviços de educação, saúde e segurança pública do estado, com a reorganização e



Braga fala com Aécio e a governadora Rosalba Ciarlini (RN), do estado de Aripino

modernização do setor público.

Em Goiás, o dinheiro financiará o Profisco, programa com objetivo de aumentar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do estado. Os recursos serão usados, entre outras coisas, para implementação de instrumentos de planejamento e tomada de decisões e controle de gastos públicos.

O investimento total do Profisco será de US\$ 12,9 milhões, sendo US\$ 11,5 milhões referentes ao empréstimo com o Bird e US\$ 1,3 milhão de contrapartida do estado.

A execução ficará a cargo da Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás.

Os dois financiamentos aprovados ontem foram credenciados pelo Banco Central e serão contratados sob a modalidade de empréstimo com taxa de juros baseada na Libor semestral, acrescida de margem fixa. A Libor — abreviatura, em inglês, de London Interbank Offered Rate — é uma taxa do mercado de Londres oferecida para grandes empréstimos entre os bancos internacionais que operam com eurodólares.

## Lúcia Vânia cita pedido do Centro-Oeste

Lúcia Vânia (PSDB-GO) relatou a visita que os senadores da Região Centro-Oeste fizeram ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para reivindicar um aumento no aporte de recursos para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Os senadores sugeriram que o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passe a contemplar o financiamento de investimentos fixos para a indústria.

Participaram da reunião



Lúcia Vânia: Fundo Constitucional do Centro-Oeste precisa de mais verbas

Blairo Maggi (PR-MT), Delcídio do Amaral (PT-MS), Jayme Campos (DEM-MT),

Ruben Figueiró (PSDB-MS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Pedro Taques (PDT-MT).

A senadora também agradeceu a autorização da contratação de empréstimo da ordem de US\$ 11,5 milhões para Goiás.

— O estado fez o dever de casa e reduziu sua dívida em relação à receita corrente líquida, abrindo espaço para a contratação de novos empréstimos, que estão permitindo o aumento dos investimentos em nosso estado — informou a senadora.

## Estado deve ficar isento de PIS-Pasep

Receitas e transferências correntes e de capital obtidas por estados e municípios devem ficar livres da incidência da contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduz de 1% para zero a alíquota do tributo aplicada às rendas de pessoas jurídicas de direito público interno (PLS 86/2013).

Segundo o relator, Cássio

Cunha Lima (PSDB-PB), a proposta é uma alternativa para desafogar as finanças dos entes federados.

Aloysio chama a atenção para o agravamento do desequilíbrio das contas estaduais e municipais, que têm enfrentando perda de receitas e ampliação de despesas.

Outro reforço à aprovação da proposta foi a sanção da Lei 12.810/2013, que trata do parcelamento de contribuições previdenciárias devidas por estados e municípios à Fazenda Nacional. Cássio Cunha Lima lembrou que um

dispositivo inserido na norma exclui da base de cálculo da contribuição para o PIS-Pasep devida pelos entes federados e autarquias valores de transferências decorrentes de convênio, contrato de repasse ou instrumento similar.

Na fase de discussão, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) classificou a iniciativa de inteligente. Na opinião dele, vai ao encontro das reivindicações de prefeitos.

O PLS 86/2013 também será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

## Anistia a trabalhadores dos Correios, bombeiros e policiais

Sob aplausos de trabalhadores demitidos dos Correios que ocupavam as galerias do Plenário, o Senado aprovou ontem o projeto que amplia o período de abrangência da lei que permitiu a anistia por participação em greves — atualmente entre março de 1997 e março de 1998 — para fevereiro de 2006.

A matéria (PLC 83/2007), que segue para sanção presidencial, dividiu a base do governo. O líder do PT, Wellington Dias (PI), orientou a bancada a rejeitar o texto, prevendo que a presidente Dilma Rousseff terá que vetá-lo. Wellington argumentou que a lei beneficiaria 5.600 trabalhadores a um custo de R\$ 1,062 bilhão.

— Se de um lado defendo os direitos dos trabalhadores, tenho que trabalhar com a responsabilidade de brasileiro — declarou.

Humberto Costa (PT-PE) também criticou pessoas que “estão vendendo ilusões” aos

trabalhadores. E José Pimentel (PT-CE) chegou a classificar o projeto de absurdo.

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou, no entanto, que fica com os trabalhadores. Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT) também se declararam favoráveis à anistia.

### Bombeiros

Os senadores aprovaram ainda anistia a policiais militares e bombeiros que participaram de greves entre janeiro de 1997 e outubro de 2011 e entre janeiro de 2010 e outubro de 2011, dependendo do estado.

Serão beneficiados profissionais de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal. O projeto segue para sanção presidencial.

## Plenário permite renegociação da dívida do Congo com o Brasil

O Senado aprovou ontem contratos de reestruturação de dívida da República do Congo no total de US\$ 352,6 milhões. Com o perdão de mora e outras taxas, o Congo pagará US\$ 68,4 milhões. Senadores da oposição criticaram a renegociação devido à existência de “um regime ditatorial e corrupto”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) alertou para a falta de democracia naquele país e Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que existem denúncias de lavagem de dinheiro do Congo no Brasil. Aécio Neves (PSDB-MG) anunciou que os tucanos deverão pedir informações ao BNDES sobre financiamentos a países estrangeiros. José Agripino (DEM-RN) disse que gostaria

de ver a renegociação valendo para os pequenos produtores do Nordeste e do Norte. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Pedro Taques (PDT-MT) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) também criticaram a medida.

Em defesa da renegociação, José Pimentel (PT-CE) recordou que no ano 2000 o Congresso Nacional aprovou perdão para 50% do saldo devedor do empréstimo. Wellington Dias (PT-PI) assinalou que os recursos foram emprestados ao Congo ainda na década de 70 com o objetivo de financiar a exportação de produtos brasileiros. Também defenderam a renegociação João Capiberibe (PSB-AP), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).

## Passa em comissão desconto no IR de aluguel e prestação de casa

As despesas com aluguel ou financiamento da casa própria de até R\$ 20 mil por ano, relativas a imóvel residencial único, ocupado pelo próprio contribuinte, poderão ser deduzidas do Imposto de Renda (IR). Projeto de lei do Senado (PLS 316/2007) com esse objetivo, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Atualmente, a lei do Imposto de Renda Pessoa Física (Lei 9.250/1995) não permite dedução do aluguel. O PLS 316/2007, que tramita em conjunto com o PLS 317/2008, do ex-senador Expedito Júnior, já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu emenda para incluir o financiamento habitacional e determinar que o benefício só pode valer para quem tem apenas um imóvel e o utiliza para morar.

# Renan declara apoio à Marcha dos Prefeitos

Gestores municipais se reuniram em Brasília para cobrar mais verbas do governo federal; Senado criou subcomissão para tratar exclusivamente dos interesses dos municípios

UM DIA APÓS manifestar apoio às demandas apresentadas por prefeitos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem, ao lado da presidente Dilma Rousseff, de uma solenidade da 16ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

O evento, também conhecido como Marcha dos Prefeitos, reúne 4 mil pessoas em Brasília, entre prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.

A Marcha dos Prefeitos reivindica mais verbas para a saúde e a educação, o reajuste dos repasses para programas sociais dos municípios e o aumento de dois pontos percentuais na parcela de tributos que vão para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Ao lado de Gleisi Hoffmann (E), Michel Temer e Dilma Rousseff, presidente do Senado prestigia evento de prefeitos

Para ajudar a atender as demandas, o Senado criou anteontem a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. O presidente do Senado defendeu a revisão do pacto federativo, a renegociação das

dívidas dos municípios e mais prazo para o pagamento dos precatórios. Ele ofereceu um espaço na TV Senado para que a subcomissão “debata os problemas dos municípios”.

— A partir das manifestações

da rua, o que mudou foram as prioridades do Orçamento. E o Senado já entendeu — afirmou.

## Verbas

No evento de ontem, após o presidente da Confederação

Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, apresentar as reivindicações dos municípios, a presidente Dilma anunciou que o governo federal vai transferir R\$ 3 bilhões aos municípios para que possam prestar serviços de melhor qualidade à população.

Os recursos serão liberados em duas parcelas: a primeira será em agosto e a segunda, em abril.

Na área da saúde, Dilma anunciou mais R\$ 600 milhões por ano para o Piso de Atenção Básica (PAB) e reafirmou a importância do Pacto pela Saúde, que levará mais médicos para os pequenos municípios e as periferias das grandes cidades.

## Viana atribui vaia a Dilma a “problema de comunicação”

Comentando o episódio em que a presidente Dilma foi vaiada na Marcha dos Prefeitos, Jorge Viana (PT-AC) atribuiu à crise mundial a dificuldade do governo de atender as reivindicações.

Para Viana, Dilma foi “muito bem recebida” na Marcha dos Prefeitos, mas houve um “problema de comunicação” acerca das medidas anunciadas por ela em face da expectativa de compensação pelas perdas do FPM.



Viana: crise mundial dificulta resposta às reivindicações



Raupp avalia que proposta do governo foi mal interpretada

## O FPM por vezes é a única renda da cidade, diz Raupp

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), Dilma foi mal interpretada quando recebeu vaias dos prefeitos ao anunciar a liberação de R\$ 3 bilhões para educação e saúde.

Segundo ele, faltou esclarecer que se tratava de compensação pelas perdas no FPM.

— Deve ser atendido o pleito de aumento no percentual do FPM, pois muitas vezes essa é a maior ou única fonte de renda do município.

## Segundo Jayme, reivindicação da marcha é justa

Jayme Campos (DEM-MT) manifestou apoio à 16ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Na avaliação dele, a principal reivindicação dos prefeitos, um aumento permanente no Fundo de Participação dos Municípios, é justa, tanto em razão das dificuldades financeiras por que estão passando muitas prefeituras quanto pela grande concentração das receitas tributárias nas mãos da União.



Jayme Campos: dinheiro demais nas mãos da União



Ana Amélia: União e estados não aplicam o piso da saúde

## Prefeito sofre por omissão do Estado, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS), presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, disse que o sufocamento financeiro das prefeituras precisa ser resolvido com urgência. Para ela, a saúde é o ponto crucial que precisa ser rediscutido.

— Sobrecarregam-se as prefeituras. Hoje, os prefeitos, na média, aplicam mais de 22% em saúde, o que faz com que deixem de investir em estradas vicinais e educação.

## Para Casildo, ação do governo não resolve problemas

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), a transferência de R\$ 3 bilhões para custeio de saúde e educação é uma ajuda valiosa “num momento que a maioria dos prefeitos está com a corda no pescoço”. Mas ressaltou que é preciso fazer mais:

— Enquanto não apostarmos numa solução definitiva, estrutural, os problemas serão solucionados dessa forma, de acordo com a benevolência do governo de plantão.



Casildo: municípios dependem da benevolência dos governos



Paulo Paim: entre os pedidos, o fim do fator previdenciário

## Paim defende paralisação de trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) declarou apoio ao Dia Nacional de Luta, que acontece hoje no país.

Metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, rodoviários, comerciantes, entre outros, devem parar as atividades, disse Paim.

O senador citou reivindicações do movimento, como o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

— Nós apoiamos o movimento — afirmou Paim.

## Semiárido nordestino precisa de políticas públicas específicas, afirma professor

Ao analisar as possibilidades de desenvolvimento do Nordeste, o professor Armando Avena, da Universidade Federal da Bahia, defendeu a implementação de políticas públicas voltadas para o semiárido, “cujo fenômeno da seca desorganiza periodicamente a produção regional”.

Ele ressaltou que o Nordeste vem crescendo economicamente, mas de forma localizada — sem incluir o semiárido — e muito aquém do necessário.

O professor foi um dos convidados da audiência pública realizada ontem pela Comissão

de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Ele ressaltou que, cada vez que ocorre a seca no semiárido, há uma redução no produto interno bruto (PIB) da região, “que leva entre dois e três anos para se recuperar”.

— O semiárido é o que une os estados do Nordeste. Mas o semiárido não conseguiu se desenvolver. Por isso, é preciso uma política pública para ele.

No entanto, Avena alertou para a diferença entre uma política para o semiárido e uma política para o Nordeste.

A presidente do Centro

Industrial do Ceará, Vivian Nicolle de Alcântara, e o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Carlos Prado, enfatizaram que

o caminho para implementar políticas de desenvolvimento do Nordeste (como um todo, e não só no semiárido) é político.

— O que sabemos, pela

história econômica, é que não se sustenta uma unidade federativa se persistirem tantas desigualdades. E o caminho para fazer as mudanças é político e passa pelo Parlamento — afirmou Prado.

Tanto Vivian como Prado citaram a União Europeia como referência de integração econômica. Prado observou que, quando um país está para aderir à União Europeia, há um grande investimento para que seu PIB per capita aumente, evitando assim que a população migre para os países mais ricos do bloco.



Presidente da CDR, Valdares (3º à esq.) coordena debate requerido por Inácio (E)

Ministro das Relações Exteriores admite, durante audiência pública no Senado, a possibilidade de o país entrar com representação em organismos internacionais

# Brasil pode processar EUA por espionagem

O BRASIL NÃO hesitará em representar contra os Estados Unidos em organismos internacionais quanto à violação de acordos e de soberania por ações de espionagem em território nacional. A afirmação é do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que ontem participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Feita em conjunto com comissão homônima da Câmara e com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, a audiência também contou com o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), José Elito Carvalho Siqueira.

Patriota disse que o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Thomas Shannon, não lhe deu muitas informações, mas admitiu que os Estados Unidos registram metadados, com a identificação do número de telefone discado, data, horário e o tráfego de e-mails, mas sem acessar o conteúdo. Também teria informado que os Estados Unidos não têm convênio com empresa brasileira para coleta de dados.

A denúncia será debatida hoje e amanhã na convenção do Mercosul no Uruguai, segundo Patriota. Ele adiantou que o Brasil promoverá na



Patriota fala ao lado de Amorim, do deputado Pellegrino e do senador Ferraço

União Internacional de Telecomunicações, em Genebra, o aperfeiçoamento das regras de segurança nas comunicações e lançará iniciativas contra abusos e invasão da privacidade. — Estão em jogo a soberania e o respeito à nossa legislação.

## Investimentos

Amorim defendeu mais investimentos em tecnologia e a construção de satélite brasileiro, que vai aperfeiçoar a segurança das informações. Segundo ele, dados militares são criptografados com sistema desenvolvido pelo GSI, mas as ferramentas de proteção das demais redes são todas estrangeiras.

— O que investimos na segurança cibernética é relativamente pouco, mais ou menos um quarto do que investe o

Reino Unido — admitiu.

José Elito negou que haja acordo para troca de informações. O que existe, afirmou, é a movimentação diplomática de adidos e pessoas da área de inteligência, a exemplo do que ocorre nos demais países.

— Temos 20 países com 40 representantes de órgãos de inteligência. Não há nenhum problema em ter isso conduzido dessa forma — afirmou.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), considerou que o Brasil deve mostrar que não tolera violações na soberania. O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), disse que o caso contribui para a discussão do marco regulatório da internet. Roberto Requião (PMDB-PR) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) também comentaram as denúncias.

## Senado criará CPI para investigar denúncias

Pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias de espionagem praticada no Brasil pelo governo dos Estados Unidos foi lido ontem em Plenário pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

O requerimento, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), contou com a assinatura de 41 senadores. Para a criação da CPI, é necessário o apoio de pelo menos 27 senadores — um terço da Casa.

A CPI deverá ter 11 titulares e 7 suplentes, com previsão orçamentária de até R\$ 280 mil. Renan Calheiros informou que a designação dos nomes será feita após a indicação das lideranças partidárias.



Vanessa é autora do requerimento, que contou com 41 assinaturas

## Congresso quer ouvir embaixador norte-americano

O embaixador dos Estados Unidos será convidado a prestar esclarecimentos ao Congresso sobre o esquema mundial de espionagem, segundo requerimento aprovado ontem pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Os parlamentares também aprovaram convites para ouvir o jornalista Glenn Greenwald, que divulgou o material revelado pelo técnico norte-americano Edward Snowden no jornal inglês *The Guardian*; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; e o jornalista brasileiro Bob Fernandes, que, em 2002 e 2003, publicou reportagens sobre parcerias de serviços de inteligência do Brasil e dos Estados Unidos.

A reunião foi conduzida pelo presidente do colegiado, o deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), autor dos requerimentos de convite a Shannon, Fernandes e Greenwald, e pelo vice-presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que sugeriu o convite ao ministro da Justiça. Também integram a comissão os deputados José Guimarães (PT-CE) e Nilson Leitão (PSDB-MT) e os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Mário Couto (PSDB-PA).

# Senado aprova nova definição de organização criminosa



Para Eduardo Braga, lavagem de dinheiro vai ter punição eficiente

O Plenário aprovou ontem o texto que estabelece uma nova definição de “organização criminosa”, caracterizada pela associação entre quatro ou mais pessoas para a prática de infrações penais. A matéria agora vai para a sanção presidencial. O texto aprovado é um substitutivo da Câmara ao PLS 150/2006.

O substitutivo estabelece pena de reclusão, de três a oito anos, e multa para quem participar, promover ou financiar organização criminosa.

Para o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), o texto torna mais eficiente a punição dos crimes de lavagem de dinheiro:

— Há anos que o problema da conceituação de organização criminosa é um incômodo em nosso sistema jurídico. O projeto de lei aperfeiçoa o ordenamento jurídico ao instituir instrumentos que aumentam a eficiência na repressão e combate ao crime organizado. De acordo com o projeto, as novas técnicas de investigação permitem identificar e desarticular

as organizações criminosas.

Além da colaboração premiada, são reconhecidos como meios de obtenção de prova na investigação a interceptação telefônica, a quebra dos sigilos bancário e fiscal, a infiltração policial e a cooperação entre órgãos de investigação.

O acesso a dados cadastrais também foi incluído na lista, mas o relator alterou a forma de obtê-los. O ajuste restringiu o acesso de delegado e membro do Ministério Público “exclusivamente” a informações

relativas a qualificação pessoal, filiação e endereço mantidas pela Justiça Eleitoral, por empresas de telefonia, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito. Permaneceu a dispensa de autorização judicial para acessarem os dados.

— O combate ao crime organizado será mais eficaz. Nosso Código Penal é de 1940 e não contempla crimes com os quais a sociedade se depara hoje — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

## AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Aprovados benefícios trabalhistas a doentes de hepatites B e C

Vai para a Câmara proposta que prevê aos doentes hepáticos direitos já garantidos a quem tem aids, como resgate do FGTS

DOENTES DE HEPATITE B ou C poderão contar com os mesmos benefícios trabalhistas já garantidos aos portadores de aids e outras doenças graves. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, um projeto de lei com esse objetivo (PLS 11/2011), apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR). Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria irá para a Câmara dos Deputados.

Ao contemplar doentes crônicos das hepatites B ou C, o projeto modifica a Lei 7.670/1988, que concede benefícios apenas aos portadores de aids, e a Lei 8.112/1990 (Regime Jurídico Único), que alcança portadores de doenças graves, contagiosas ou incuráveis vinculados ao serviço público federal.

A proposta pretende assegurar as seguintes vantagens: proventos integrais aos servidores federais aposentados por invalidez, reforma militar antecipada, pensão especial



Presidida por Vital do Rêgo (D), a Comissão de Constituição e Justiça aprova o projeto que trata dos doentes de hepatite

para a viúva de militar ou funcionário civil, auxílio-doença ou aposentadoria (independentemente do período de carência) para o segurado que manifestar a doença após adesão à Previdência Social, bem como pensão por morte aos dependentes, resgate dos valores depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (independentemente de rescisão do contrato individual de trabalho ou de qualquer outro tipo de pecúlio a que o beneficiário tenha direito).

O PLS 11/2011 reproduz, na íntegra, conteúdo de proposta apresentada em 2004 pela ex-senadora Ana Júlia Carepa. Alvaro Dias resolveu reapresentá-la por reconhecer a alta relevância do tema.

Relator da matéria na CCJ e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS) classificou a iniciativa de justa:

— Essa medida, além de demonstrar solidariedade com o sofrimento dessas pessoas, promove a justiça e

a isonomia de tratamento, ao estender aos portadores das formas crônicas das hepatites B ou C benefícios que hoje já são concedidos a pessoas portadoras de outras doenças igualmente graves.

Apesar de alertar para o impacto da medida sobre as contas do governo, Wellington Dias (PT-PI) votou a favor da medida pelo alcance social. Pedro Taques (PDT-MT) também chamou a atenção para a repercussão da iniciativa sobre o Código de Processo Civil.

## Militares da saúde poderão acumular cargos



Relator, Eduardo Lopes acolheu emendas do Ministério da Defesa

Militares das Forças Armadas poderão passar a acumular cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissão regulamentada. O benefício consta de proposta de emenda à Constituição (PEC 122/2011) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue para dois turnos de votação no Plenário.

A PEC pretende conter desligamentos de médicos militares. Em relatório favorável, Eduardo Lopes (PRB-RJ) considera a pretensão justa

e chama a atenção para a necessidade de valorização das Forças Armadas para a preservação da soberania.

Lopes também acolheu emendas encaminhadas pelo Ministério da Defesa para assegurar a prioridade do vínculo militar sobre outros eventualmente estabelecidos pelos profissionais de saúde. Assim, a PEC passou a determinar a transferência para a reserva do militar que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente.

Se a posse do militar da ativa

ocorrer em cargo, emprego ou função pública civil temporária, ele permanecerá nos quadros das Forças Armadas. Mas, enquanto essa situação se mantiver, será promovido apenas por antiguidade na estrutura militar. A contagem do tempo de serviço nas Forças Armadas será dirigida apenas a esse tipo de promoção na carreira e a transferência para a reserva. Depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, o profissional de saúde militar deverá ser transferido para a reserva.

## Humberto defende solução negociada entre Executivo e Legislativo para financiar saúde

Humberto Costa (PT-PE) disse esperar que o Senado discuta as regras de financiamento da saúde até agosto. Citando a necessidade de ampliação dos recursos da União no setor, ele apelou à negociação entre governo e Legislativo para responder aos anseios do povo:

— É fácil aprovar uma proposta destinando 10% do PIB ou 10% da receita bruta. O difícil é conseguir que esses recursos sejam aplicados.

Ele criticou a proposta de Aécio Neves (PSDB-MG) de aplicação de 10% da receita líquida da União, que, pelos cálculos, deixaria à saúde menos recursos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Flexa avalia que Programa Mais Médicos é ação midiática do governo federal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o Programa Mais Médicos, do governo federal, com o argumento de que, em uma ação midiática, o governo tentou passar à classe médica a culpa pelo péssimo nível de atendimento em saúde no Brasil.

Para o senador, é necessário haver uma mudança de gestão e de política pública, uma vez que o problema da saúde pública não é apenas de falta de profissionais, mas também de falta de recursos e equipamentos para que eles possam trabalhar.

Ele defendeu a proposta que obriga a União a aplicar em ações de saúde um mínimo de 10% da receita bruta.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Alvaro afirma que União precisa destinar 10% das receitas ao Sistema Único de Saúde

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou como as causas da má qualidade dos serviços de saúde pública no Brasil a incompetência no gerenciamento de recursos, a falta de planejamento e a corrupção.

— Bilhões de reais são desviados da saúde pública. Há crime mais hediondo do que esse? Quem rouba dinheiro da saúde, além de ladrão, é assassino, porque as pessoas estão morrendo pela falta de recursos para o atendimento médico-hospitalar.

Para o senador, enquanto não repassar 10% das receitas da União para o setor de saúde, o governo não terá autoridade para tratar do assunto. Alvaro criticou o Pacto Nacional pela Saúde, lançado esta semana, considerado por ele “vazio e sem consistência”.

## Debatedores veem mercantilização do ensino superior

A necessidade de ampliar a oferta de vagas em cursos superiores sem comprometer a qualidade do ensino, a tendência de mercantilização do setor e a demanda por recursos foram aspectos discutidos ontem em audiência pública na Comissão de Educação (CE) sobre o ensino superior.

Mesmo com o crescimento da oferta de vagas, o acesso à educação superior ainda é muito restrito no país, conforme afirmaram especialistas convidados para o debate. Entre 2000 e 2010, informou Mozart Neves Ramos, do Movimento Todos pela Educação, foi registrado um crescimento de 110% no número de vagas em cursos superiores. No entanto, disse, apenas 16% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em um curso de graduação.

Ramos disse que a meta que está no novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos — que tramita no Senado — é a mesma meta do antigo PNE, ou seja, elevar para 33% o percentual dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior.

O entrave, na opinião do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), está na baixa qualidade e na evasão de alunos no ensino médio.

— O problema é que nós temos poucos terminando o ensino médio e, desses, poucos com qualidade — afirmou o senador.

Os especialistas concordam que a ampliação de vagas deve estar associada à qualidade do ensino. No entanto, a grande concentração da oferta em escolas privadas foi apontada com preocupação durante o debate. Do total de 6,3 milhões de alunos matriculados no ensino superior, 74% estão em escolas privadas.

A professora Madalena Guasco Peixoto, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, disse que a “expansão privatista do ensino superior” tem-se agravado com a fusão de empresas e a abertura de capital.

Paulo Cardim, presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários, considerou um erro colocar em confronto as instituições públicas e as privadas:

— Não podemos criar essa tipologia do bem e do mal. Lembro que o sucesso do ProUni se deu com a parceria com o ensino superior particular.



Com substitutivo dele em mãos, Dornelles consegue aprovação em Plenário depois de acordo em reunião de líderes

## Senador terá um suplente e não poderá escolher parente

Sem trecho que impedia ocupação definitiva do cargo em caso de afastamento do titular, proposta semelhante à que havia sido rejeitada na véspera ganha 64 votos favoráveis e apenas 1 contrário

O PLENÁRIO APROVOU ontem a redução de dois para um no número de suplentes de senador e a proibição da escolha de cônjuge ou parente até segundo grau para a vaga de suplente. O texto segue agora para votação na Câmara.

O substitutivo do relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2013 teve 64 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. O texto surgiu de acordo de líderes durante a tarde, em reunião convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Na terça-feira, os senadores rejeitaram a PEC 37/2011, que também tratava do assunto. Suplentes em exercício criticaram o trecho da proposta que transformava o suplente em um substituto temporário, sem direito a ocupar definitivamente o mandato em caso de vacância. Ontem os senadores concordaram em retirar o ponto do texto.

Com a alteração, não poderão ser escolhidos para suplente na chapa do candidato a senador pais, cônjuges, filhos, irmãos, sogros, genros, noras e cunhados ou cunhadas do candidato titular. As mudanças não valem para senadores e suplentes eleitos em 2006 e 2010.

### Clamor das ruas

Dornelles ressaltou que o Senado mostrou à opinião pública que concorda com a redução dos suplentes e com as restrições a familiares para a vaga. Para o presidente da Casa, Renan Calheiros, com o acordo e a aprovação da PEC, o Senado atendeu mais um clamor da sociedade.

— Essa foi uma importante resposta do Senado que, na continuidade da análise dessa proposta, deliberou como cobrado pelas manifestações populares acontecidas recentemente em todo o Brasil — comemorou.

O líder do DEM, José Agripino (RN), explicou que a intenção do projeto não é acabar com a figura do suplente de senador. Até porque, se o suplente for extinto, os senadores, que são, na maioria, políticos preparados e com experiência pública, ficariam impedidos de assumir qualquer outra missão que não a de atuar no Senado.

— Essa proposta é a solução para que se tenha um suplente, um sucessor natural do senador, mas passado em um filtro. Um suplente livre, que tenha preparo político eleitoral para exercer a função e não tenha conotação de ordem pessoal com o titular — argumentou Agripino.

Para o líder do PSOL, Raulo Rodrigues (AP), a medida não foi a melhor que poderia ter sido votada no Senado, mas diante da tensão da sessão anterior, quando se tentou votar outra proposta sobre o mesmo tema, foi “a possível”.

## Projeto prevê votação mensal dos vetos presidenciais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem novas regras para a votação dos vetos presidenciais aos projetos de lei aprovados pelo Congresso. As mudanças foram acertadas numa reunião com líderes do Senado e da Câmara dos Deputados.

Segundo Renan, a Mesa do Senado votará hoje um projeto de resolução do Congresso Nacional que trata da apreciação dos vetos. Aprovado pela Mesa, o projeto será pautado para deliberação pelos deputados e senadores ainda hoje. Os efeitos serão aplicados a todos os vetos publicados desde 1º de julho.

A proposta prevê que o prazo para deliberação dos vetos passe a ser contado a partir da publicação. Esgotado o prazo de 30 dias, a pauta do Congresso fica trancada para qualquer deliberação.

Ficou acordado que a apreciação dos vetos ocorrerá em sessões do Congresso a serem convocadas preferencialmente para a terceira terça-feira do

mês. Assim, com uma sessão por mês, os vetos serão constantemente examinados.

— O Legislativo teve dois avanços recentes: a decisão do Supremo de que não há controle preventivo [em relação ao PLC 14/2013] e a de que o Congresso deverá obrigatoriamente apreciar os vetos em 30 dias — afirmou Renan.

### Unanimidade

O líder do PT, Wellington Dias (PI), destacou que o acordo foi aprovado por unanimidade. O senador disse que serão designados relatores, alternadamente, da Câmara e do Senado, para apreciar os vetos. Em relação aos vetos anteriores a 1º de julho, segundo ele, será aplicada a regra atual. Na prática, os vetos ficarão aguardando consenso para serem votados.

Jorge Viana (PT-AC), relator do projeto na Mesa, defendeu a simplificação da tramitação dos vetos. Segundo o senador, poderiam ir diretamente para o Plenário.

### Nota sobre a apreciação dos vetos

Em reunião com os líderes partidários da Câmara e do Senado a respeito da deliberação acerca de vetos, ficou acertado o seguinte procedimento:

1. A Mesa do Senado Federal apreciará amanhã [hoje], quinta-feira, a proposta da Câmara dos Deputados de projeto de resolução do Congresso Nacional regulamentando a apreciação dos vetos.
2. Essa proposta prevê que o prazo para deliberação dos vetos passará a ser contado a partir da publicação na imprensa oficial e, uma vez superados os 30 dias, a pauta do Congresso Nacional será trancada para qualquer outra deliberação.
3. Aprovado pela Mesa, o projeto de resolução do Congresso Nacional será pautado para deliberação pelos deputados e senadores no mesmo dia [quinta-feira] e os efeitos serão aplicados a todos os vetos publicados a partir de 1º de julho deste ano.
4. A apreciação dos vetos ocorrerá em sessões do Congresso Nacional a serem convocadas, preferencialmente, para a terceira terça-feira de cada mês.

Ao término da reunião, esta nota foi lida e aprovada por unanimidade entre todos os presentes.

### Jarbas: comissão deveria ter votado “PEC dos Mensaleiros”

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) reclamou de não ter sido votada a proposta de emenda à Constituição de autoria dele que estabelece a perda imediata de mandato de parlamentares que perdem os direitos políticos ou são condenados por crime contra a administração pública (PEC 18/2013).

Chamado por ele de PEC dos Mensaleiros, o texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde aguarda parecer do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo.

— Lamento profundamente que a gente chegue ao término dos nossos trabalhos do primeiro semestre sem que essa PEC sequer tenha sido aprovada na Comissão de Justiça, porque assim não quis o seu presidente e assim não quis o seu relator.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### Blairo pede a senadores mais negociação

O líder do PR, Blairo Maggi (MT), apontou a necessidade de os senadores estarem “mais alinhados” para discutir a reforma política. Ele pediu mais negociação para “salvar” projetos importantes para a população.

O senador citou o exemplo da rejeição da proposta de emenda à Constituição que estabelecia novas regras para a suplência no Senado (PEC 37/2011). Segundo ele, “todos saíram perdendo”, pois as divergências poderiam ter sido mais bem equacionadas, com a criação de uma alternativa regimental que aprovasse parte da matéria.

— Na reforma política, nós precisamos de mais bom senso. Se não dá para passar o projeto inteiro, vamos passar parte dele, que já será um avanço para a sociedade.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### Ângela defende plebiscito sobre reforma política

Ângela Portela (PT-RR) lamentou a decisão dos líderes partidários da Câmara dos Deputados de descartar uma reforma política válida para as eleições de 2014 e a realização do plebiscito para consulta popular sobre o tema. A solução apontada pelos parlamentares foi aprovar um projeto de reforma política no Congresso e, depois, realizar um referendo para saber se a população concordará.

A senadora explicou que a maioria dos partidos, com exceção de PT, PDT e PCdoB, concordou com o argumento do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, de que não há tempo hábil para a votação de novas regras, resultantes de um plebiscito, que valessem já para 2014, uma vez que qualquer mudança no sistema eleitoral deve ser aprovada até um ano antes do pleito.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### Lopes: suplente integra projeto político do titular

Eduardo Lopes (PRB-RJ) comemorou a rejeição da proposta que reduzia de dois para um o número de suplentes de senador (PEC 37/2011). Ele afirmou que a eleição para o Senado é majoritária e os suplentes integram uma chapa, com projeto político comum.

— O suplente disputa a eleição juntamente com o senador principal. Eu pedi votos para o meu senador [titular], que é o senador Marcelo Crivella, trabalhei na campanha, me dediquei, fui coordenador da campanha dele — disse.

Lopes afirmou que é favorável à proibição da eleição para suplente de cônjuge ou parente consanguíneo ou afim do titular do mandato, até o segundo grau ou por adoção, medida que constava na proposta.

O senador sustentou que o ponto que gerou discussão na PEC foi a impossibilidade de o suplente suceder titular em caso de morte.

— Se faço parte de uma chapa majoritária para disputar o Senado, tenho a função de vice na ausência do titular.